

# PECADO GERACIONAL E CURA INTERGERACIONAL. PROBLEMAS TEOLÓGICOS E PASTORAIS.

Conferência Episcopal Polonesa,  
Opinião teológica da Comissão para a Doutrina da Fé.

1. Entre o fim do século XX e o início do XXI, em alguns grupos carismáticos e em ambientes ligados às celebrações das santas Missas com a oração para a cura ou celebrações para a cura, surgiu uma teoria na qual se fala sempre mais dos assim chamados “pecados geracionais” ou de “cura intergeracional”.

Na Internet apareceram tantas informações e artigos sobre a “cura intergeracional” e sobre a sua prática (cfr. Fronda, Adonai, Egzorcysta, Apologetyka.Katolik, Syjon). Comumente o ponto de partida é o livro de Robert De Grandis, SSJ, intitulado “Cura intergeracional” (Łódź 2003), o autor pertence à Sociedade de S. José e com o seu conhecimento é referência para as comunidades carismáticas em todo o mundo.

As opiniões do clero e dos leigos interessados ao problema do “pecado geracional” e da “cura intergeracional” são muito diversas e contraditórias. Enquanto isso, as celebrações organizadas com a oração pela cura intergeracional reúnem multidões nas nossas igrejas.

Ademais, por causa da vagueza dos conceitos utilizados: “pecado geracional” e “cura intergeracional” existe uma urgente necessidade de uma explicação clara e de dar um juízo sobre os mencionados fenômenos do ponto de vista do ensinamento da Igreja.

2. Na base da reflexão sobre o pecado geracional está a convicção de que os pecados dos ancestrais têm um impacto sobre a vida dos membros vivos da sua família. Esta influência pode ter uma dimensão espiritual e carnal, e exprimir-se, por exemplo, na forma de alguma doença, pode também causar problemas no campo da psique e falências na vida conjugal e familiar. A carga do pecado herdado dos ancestrais, segundo os que sustentam esta teoria, pede a libertação do homem, que se dá através da oração pela cura ou o exorcismo. A cura intergeracional é uma oração especial, que deveria incluir os ancestrais da pessoa sofredora, retrocedendo no passado até à décima quinta ou décima sexta geração. Tal oração inclui a recitação dos exorcismos, a oração de intercessão e a Santa Missa. Daqui as orações e as celebrações pela cura intergeracional ou santas Missas por esta intenção.

A ideia de “cura intergeracional” deriva do Dr. Kenneth McAll (1910-2001), médico terapeuta e missionário anglicano. Nascido na China, McAll estudou medicina em Edimburgo no Reino Unido. Sob o influxo do pensamento

chinês chegou à conclusão que existe uma ligação entre algumas doenças e as forças do mal. Na terapia unia o conhecimento das tradições do Oriente e a prática médica. Chegou à conclusão que os espíritos dos ancestrais desenvolvem um papel significativo nas doenças somáticas dos descendentes. O Dr. Kenneth McAll sofria de um distúrbio mental. O seu trabalho deu início à pesquisa sobre a cura nas gerações passadas. A ele se reporta Pe. Robert De Grandis, SSJ, o autor do livro supra mencionado.

3. A prática da “cura intergeracional” deriva da tradição radicada nas crenças das religiões orientais e que circundam de um particular culto aos ancestrais e creem na reencarnação. Isso significa que esta prática é o resultado de um sincretismo religioso, que desenvolveu um novo fenômeno chamado “reencarnação de pecado”.

As razões de fundo da popularidade deste fenômeno podem ser encontradas no fenômeno do desaparecimento do senso do pecado, como já disse o Papa Pio XII (Discurso, Roma 26.10.1946). Com a perda do senso do pecado, se enfraquece também a compreensão daquilo que é autêntica liberdade. Deus deu a nós a capacidade de realizar a sua vontade (cfr. 1Tes 4,3) e faz com que o homem responda diante d’Ele pelas suas ações e pelas suas consequências. Quem faz o mal, abusando da liberdade e desperdiçando os dons recebidos, cai na escravidão e ofende o amor do Criador. Com a responsabilidade pelas suas desgraças e as falências se prova a dar culpa aos ancestrais, falando de pecados geracionais (E.C. Merino, R. Garcia de Haro, Teologia moral fundamental, Cracóvia 2004, p. 459-460). O homem de hoje, escreveu K. Rahner, tem principalmente a impressão de que Deus deva ser justificado e não que ele mesmo tem necessidade de ser transformado, diante e através de Deus, da criatura injusta à criatura justificada (K. Rahner, Curso fundamental sobre a fé, Varsóvia 1987, p. 80). Nesta perspectiva a cura intergeracional é uma forma da justificação da fraqueza e da busca de uma fácil explicação e do perdão do mal cometido.

4. Os que sustentam o conceito de “pecado geracional” se apelam à Sagrada Escritura afirmando que já no Antigo Testamento se fala deste tipo de crime. Esses indicam na Sagrada Escritura as passagens que, segundo eles, falam diretamente da punição pelos pecados dos ancestrais: «O Senhor, teu Deus, que pune a culpa dos pais nos filhos até a terceira e a quarta geração» (Ex 20,5); «O Senhor... castiga a culpa dos pais nos filhos e nos filhos dos filhos até a terceira e a quarta geração» (Ex 34,7); «castiga a culpa dos pais nos filhos até a terceira e a quarta geração» (Nm 14,18 ); «sou um Deus ciumento, que pune a culpa dos pais nos filhos até a terceira e a quarta geração» (Dt 5,9).

Todavia, na Bíblia, às vezes também nos mesmos livros, encontramos outras declarações dos autores inspirados, que negam as teses da

responsabilidade geracional pelo pecado. No livro do profeta Jeremias lemos: «Naqueles dias não se dirá mais: Os pais comeram uva acerba e os dentes dos filhos se embotaram, mas cada um morrerá pela sua própria iniquidade; se embotarão os dentes só de quem come uva acerba» (Jer 31, 29-30). O profeta Ezequiel fala de responsabilidade pessoal pelo pecado: «Como é verdade que eu vivo, oráculo do Senhor Deus, vós não repetireis mais este provérbio em Israel. Eis, todas as vidas são minhas: a vida do pai e aquela do filho é minha; quem peca morrerá. [ ... ] Quem peca morrerá; o filho não descontinuará a iniquidade do pai, e o pai a iniquidade do filho. Sobre o justo permanecerá a sua justiça e sobre o malvado a sua malvadeza» (Ez 18, 3-4.20). O mesmo princípio da responsabilidade pessoal ressoa também no Deuteronômio (24, 16): «Não se meterão à morte os pais por uma culpa dos filhos, nem se meterão à morte os filhos por uma culpa dos pais. Cada um morrerá pelo próprio pecado».

Todavia, na interpretação dos textos citados precedentemente, a exegese moderna explica que não se trata de uma literal “iniquidade” ou “vício” dos pais, no sentido do pecado pessoal deles, que cometeram e pelos quais a responsabilidade será imputada aos seus filhos, mas o mau exemplo deles, que teve um impacto sobre a educação dos seus filhos, que agindo exatamente como os seus pais morrerão “pelo próprio pecado”.

5. Citados pelos que apoiam a “cura intergeracional” os passos da Bíblia que confirmariam suas teses sobre o pecado geracional e as suas consequências na vida das próximas gerações, têm seu desenvolvimento e completamentos. Resulta que esses são um pouco mais longos do que aqueles citados nos livros. Às vezes os textos são assim manipulados para poder confirmar a tese sobre o pecado geracional ou sobre a necessidade de cura intergeracional.

Por exemplo, uma passagem do livro do Êxodo: «O Senhor, teu Deus, que pune a culpa dos pais nos filhos até a terceira e a quarta geração», tem o seu sucessivo desenvolvimento e completamento: «mas que demonstra a sua bondade até mil gerações, para aqueles que me amam e observam os meus mandamentos» (Ex 20,5). Uma outra passagem do mesmo livro, na qual Deus é descrito como aquele que manda as punições pela iniquidade dos pais sobre os filhos e netos até a terceira e a quarta geração, fala contemporaneamente de Deus – na sucessiva frase – que é «misericordioso e piedoso, lento à ira e rico de amor e de fidelidade, que conserva o seu amor por mil gerações» (Ex 34,7).

De fato, no Antigo Testamento era presente a convicção que se a alguém andava mal ou estava doente, isto fora causado pela sua má vida ou por aquela de alguém da sua família. Assim se pensava, entre outras coisas, da infertilidade. Assim também da desabilidade ou outras doenças. Quando alguém adoecia ou era portador de uma desabilidade, acreditava-se que ele ou alguém na sua família

tivesse cometido um pecado. A expressão de tal convicção são as palavras dos discípulos dirigidas a Jesus: «Rabi, quem pecou, ele ou os seus pais?» A resposta de Jesus é muito clara: «Nem ele pecou nem os seus pais, mas é assim para que nele sejam manifestadas as obras de Deus» (Jo 9,1-3). Deste modo, o Senhor Jesus se dissocia nitidamente do ligar a doença da criança com o pecado dos pais ou dos avós, com uma tal “tara geracional”.

6. “O Pecado geracional” contradiz a verdade sobre a Misericórdia de Deus e sobre Seu Amor que perdoa. Se mesmo o povo da Antiga Aliança via em várias desgraças a punição divina pelos pecados dos ancestrais, a Povo da Nova Aliança tal convicção é estranha. Esta relevante mudança de ótica se conecta com a missão do Filho de Deus Encarnado, que realizou perfeitamente a Lei e os Profetas, anunciando o amor e a misericórdia de Deus. Em precedência, tendo por base o legalismo hebraico, via-se em Deus, sobretudo, um Juiz, pronto a dar uma punição. A imagem de Deus como Pai misericordioso não permite tais pensamentos; abre o homem à possibilidade de obter o perdão de Deus, a justificação em cada situação.

7. A Igreja desde o início ensina que o pecado é sempre algo de pessoal e requer a decisão do livre arbítrio. Do mesmo modo, a pena pelo pecado. Cada um paga pessoalmente a pena pelo próprio pecado. Sobre isto S. Paolo escreve claramente na Carta aos Romanos: «cada um de nós prestará conta de si mesmo a Deus» (Rm 14, 12).

Na Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia* (n. 16) S. João Paulo II, sustenta que «o pecado, no sentido verdadeiro e próprio, é sempre um ato da pessoa, porque é um ato de liberdade de um único homem e não propriamente de um grupo ou de uma comunidade».

No Catecismo da Igreja Católica (n. 1857), se lê que «para que um pecado seja mortal se requer que concorram três condições: É pecado mortal aquele que tem por objeto uma matéria grave e que, além disso, é cometido com pleno conhecimento e deliberado consentimento (S. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, I-II, 88, 2)». O homem não sofre a punição pelas ações não cometidas, por exemplo, pelo pecado de necessidade. É necessário satisfazer e expiar os próprios pecados (cfr. CEC 1459).

Um outro problema são as estruturas de pecado, ou seja, situações que levam ao pecado.

8. O único pecado que se transmite de geração em geração é o pecado original, o que claramente sublinhou o Concílio de Trento no decreto sobre o pecado original. No cânon 2 lemos: «Quem afirma que a prevaricação de Adão tenha causado dano somente a ele, e não também à sua descendência; que perdeu para si somente, e não também para nós, a santidade e justiça que recebera de Deus; que ele, corrompido pelo pecado de desobediência, transmitiu a todo o

gênero humano só a morte e as penas do corpo, e não também o pecado, que é a morte da alma: seja anátema. Contradiz, de fato, ao apóstolo, que afirma: “Por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, com o pecado, a morte; assim também a morte atingiu a todos os homens, porque nele todos pecaram” (Rm 5, 12)» (Breviarium Fidei, 309).

Todavia, deve-se recordar que o pecado original «em nenhum descendente tem um caráter de culpa pessoal» (CEC n. 405), em quanto de fato «pecado original é chamado *pecado* de modo analógico» (CEC n. 404). Ao contrário, o pecado pessoal e a punição por este pecado, não é jamais transmitida às gerações sucessivas, como erroneamente sustentam os apoiadores dos “pecados geracionais” e da “cura intergeracional”.

9. A teoria do pecado geracional e da cura intergeracional de Robert De Grandis e incluída no seu livro *Cura intergeracional*, se baseia em grande parte sobre a psicologia de Carl Gustav Jung e sobre os estudos do já citado Dr. Kenneth McAll. Sobre este argumento já se expressou o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso num documento intitulado: *Jesus Cristo Portador da Água Viva - Uma reflexão cristã sobre a ‘New Age’* (2003).

Nele foram condenadas as teses errôneas de Jung e adquiridas por De Grandis, p.ex. o caráter transcendente da consciência e a introdução da ideia do inconsciente coletivo, como uma espécie de armazém de símbolos e memórias comuns a pessoas de várias idades e culturas. Segundo o Pontifício Conselho, Jung contribuiu para uma “sacralização da psicologia”, introduzindo nessa elementos de especulação esotérica. Ele afirmava que «a psicologia é o mito moderno e que a fé se pode compreender só mediante tal mito» (*Jesus Cristo Portador da Água Viva*, 2.3.2).

“A reencarnação do pecado” ou a “transição” do pecado às próximas gerações, que ensinam os apoiadores da “cura intergeracional”, não tem algum fundamento nem na Escritura nem na Tradição e no Magistério da Igreja. Estes tipos de idéias infundadas são muito perigosos para a vida espiritual dos fiéis e para a própria doutrina da Igreja. A sua promoção leva a uma espécie de “calma” ou de “abaixamento” de consciência descarregando a responsabilidade pelos próprios erros, os pecados e o mal cometido sobre gerações precedentes. Isto libera o fiel da atitude de vigilância, isso se torna uma fonte dos seus sucessivos pecados. Entanto, a vida de um cristão deveria caracterizar-se pela atitude de uma constante vigilância, como ensina S. Pedro: «Sede sóbrios, vigilantes. O vosso inimigo, o diabo, como leão rugente vai em giro procurando quem devorar. Resisti-lhe fortes na fé!» (1 Pe 5,8).

10. A prática da oração ou da santa Missa com uma oração para a cura intergeracional ou para a libertação do pecado geracional evidencia muito claramente uma falta de fé, ou ao menos uma incredulidade na eficácia da graça

sacramental, em primeiro lugar do batismo. Neste sacramento somos libertos de todo pecado. Sem, permanecem nos batizados certas conseqüências temporais do pecado, como o sofrimento, a doença, a morte ou as inseparáveis enfermidades da vida, como a fraqueza de caráter, e também a tendência ao pecado.

Todavia, todo pecado é cancelado. Lemos no Catecismo da Igreja Católica (n° 1263): «Por meio do Batismo são perdoados todos os pecados, o pecado original e todos os pecados pessoais, como também todas as penas do pecado. Naqueles que foram regenerados, de fato, não permanece nada que lhes impeça de entrar no Reino de Deus, nem o pecado de Adão, nem o pecado pessoal, nem as conseqüências do pecado, das quais a mais grave é a separação de Deus».

Conclusão: Levando em conta todas as observações formuladas, se postula que a autoridade da Igreja explicitamente ponha em guarda contra o uso na pregação dos conceitos: “pecado geracional” e “cura intergeracional”. Deveria também oficialmente vetar a celebração das Missas e das celebrações com uma oração para a cura dos pecados geracionais e para a cura intergeracional.

Neste contexto, aos pastores seria bom recordar que diversas formas de oração praticadas há séculos para curar os doentes, mesmo dentro da liturgia da Santa Missa, deveriam ser celebradas em conformidade com as disposições dos livros litúrgicos e da instrução da Congregação para a Doutrina da Fé *Ardens Felicitatis Desiderium*.

Na pregação eclesial ocorre cuidar da exposição clara do ensinamento do Magistério da Igreja sobre o pecado original e sobre as suas conseqüências, a compreensão dos pecados pessoais e as suas conseqüências sociais, a eficácia da graça sacramental, em particular do batismo e do sacramento da penitência e da reconciliação, problemas de reconciliação com Deus e com os homens, o senso de culpa e de perdão.

Aos fieis se deve recordar quanto seja importante a fé viva na recepção dos sacramentos. Ocorre constantemente encorajá-los a um confiante uso dos sacramentos e das indulgências.

Varsóvia, 5 de outubro de 2015.